

## OS DESAFIOS DO SETOR SEGURADOR

---

Intervenção da Senhora Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar, na sessão de encerramento da conferência “Os desafios do setor segurador”

**Lisboa, 24 de outubro de 2019**

Hotel Ritz

Muito boa tarde a Todos.

Gostaria de começar por agradecer ao Expresso e à PWC o convite para participar nesta conferência, a qual tenho a honra de encerrar.

Todos partilhamos da opinião sobre a insubstituível e relevante função socioeconómica dos seguros, designadamente a função de mitigação e gestão dos riscos através da transferência de riscos aos quais a vida humana e as atividades económicas estão expostas, a função redistributiva através da devolução à sociedade e à atividade económica de parte dos rendimentos captados e a função pedagógica e preventiva na promoção de boas práticas e bons comportamentos.

E partilhamos, também, da importância do contributo dos seguros para a estabilidade financeira e para a captação de poupança para assegurar rendimentos complementares e cuidados de saúde no fim da vida ativa.

E concordamos, também, com a importância da atividade seguradora no financiamento de serviços públicos de utilidade socioeconómica, designadamente o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Fundo de Garantia de Depósitos e o Fundo de Acidentes de Trabalho.

Portugal conta com um setor segurador maduro, experiente e com provas dadas, que tem contribuído de forma significativa para responder às necessidades do País, potenciando níveis de confiança dos agentes económicos no desempenho das suas funções, facilitando o investimento, a inovação e o empreendedorismo.

Neste contexto de exigência, os desafios que se colocam ao setor segurador constituem um processo que obriga as empresas de seguros a trabalhar, em permanência, na avaliação dos riscos e na oferta de produtos para dar resposta às transformações da economia e da sociedade. Estas transformações englobam a digitalização da economia, a economia da partilha e as novas formas de mobilidade, o envelhecimento demográfico, as alterações ambientais e climáticas e o financiamento sustentável, para dar alguns exemplos. Estamos perante verdadeiras mudanças de paradigma.

Uma realidade que impõe ao setor segurador a obrigação de estar sempre “um passo à frente” das necessidades dos consumidores, como forma de participar ativamente no desenvolvimento económico e social.

De entre os desafios acima citados, destaco a transformação digital. Uma questão central que se coloca é saber como é que as empresas de seguros estão a incorporar as novas tecnologias na sua cadeia de valor?

A transformação digital está a mudar a forma como as empresas de seguros e os consumidores se relacionam, seja na contratação dos seguros, seja na gestão dos sinistros ou na aplicação da poupança. A seguradora do futuro terá a capacidade de mensurar riscos, gerar cotações e emitir apólices *tailormade* num período de poucos minutos. A atividade seguradora terá a capacidade de oferecer soluções mais diferenciadas, adaptadas a cada consumidor. As novas tecnologias apoiam a reorganização dos modelos de negócio, removem processos burocráticos e potenciam economias de custos nas operações e benefícios nos tarifários.

Mas a transformação digital origina novos problemas que decorrem do risco associado à proteção e segurança de dados e sistemas, designadamente a questão dos padrões éticos na utilização de dados pessoais e a questão dos riscos cibernéticos associados a elevados volumes de informação detidos pelos operadores.

Esta realidade exige das autoridades de supervisão financeira mudanças nos atuais modelos de regulação e supervisão. As autoridades devem, por isso, assumir um papel ativo no ecossistema digital, balanceando os benefícios e os riscos para o consumidor e o mercado. Neste sentido, é essencial o desenvolvimento de um quadro normativo equilibrado e previsível que permita fornecer um elevado nível de proteção dos consumidores, sem criar obstáculos desnecessários à inovação.

Um outro desafio que gostaria de destacar é o financiamento do crescimento sustentável. Consideramos relevante o papel do setor financeiro na resposta a este desafio.

O sector segurador deverá tornar-se um agente de promoção do crescimento sustentável através da oferta de produtos e serviços que tenham em consideração os aspetos ambientais, sociais e de governação, bem como direcionando os fluxos financeiros – investimentos e poupanças – para projetos, empresas e instituições que promovam a transição para um novo modelo de desenvolvimento da sociedade.

O contributo do setor segurador para esta transformação ocorre nos dois lados do balanço. Do lado do ativo, na reorientação progressiva das carteiras de investimentos para *green investments* e do lado do passivo, na adequação da sua oferta seguradora, seja na cobertura de riscos ambientais, de catástrofes naturais e de outros riscos específicos ou em produtos de poupança para a reforma e cuidados de saúde.

Neste contexto, as autoridades de supervisão financeira devem ter um papel relevante na indução de uma transição gradual, não disruptiva, que acautele, simultaneamente, os objetivos da sustentabilidade e da estabilidade económica e financeira.

Finalmente, no campo dos desafios acima referidos, gostaria de deixar algumas notas sobre o fenómeno do envelhecimento demográfico. Os seguros têm um contributo para dar na oferta de respostas associadas ao risco de longevidade. Respostas que passam, por um lado, pela incorporação de inovação no desenho de produtos - capazes de conciliar fluxos regulares de rendimento e proteção aos riscos de despesas médicas e outras provenientes de problemas de saúde que decorrem do aumento da idade e da dependência - e, por outro lado, suscetíveis de mobilizar a captação de poupança de longo prazo.

O envelhecimento demográfico está a impor, como bem sabemos, correções na redistribuição do consumo e do rendimento ao longo do ciclo de vida. Sendo maior a longevidade, é necessário gerar mais rendimento e/ou acumular mais poupança durante a vida ativa.

O contexto descrito, sumariamente é certo, reforça a importância socioeconómica da atividade seguradora. Esta importância está dependente do posicionamento da própria atividade seguradora, em termos de oferta de produtos e serviços, da qual pode resultar maior ou menor satisfação de necessidades e maior ou menor contributo para a transformação cultural que resulta do fenómeno do envelhecimento.

As autoridades de supervisão financeira podem e devem desempenhar um papel relevante na regulação de respostas ao risco de longevidade e na supervisão de conduta do mercado, contribuindo para a confiança e a segurança da poupança de longo prazo canalizada para a reforma, a assistência e os cuidados de saúde.

Como procurei evidenciar, os desafios da atividade seguradora e a sua importância socioeconómica, exigem, por maioria de razão, uma gestão sã e prudente das empresas de seguros e o seu acompanhamento micro e macroprudencial por parte das autoridades de supervisão financeira.

Neste contexto, há também desafios para as autoridades de supervisão financeira. O setor segurador conta, do lado da ASF, com uma visão holística e moderna da regulação e supervisão que propicie condições de desenvolvimento e modernização das empresas de seguros, em sã concorrência, contribuindo para o bom funcionamento da economia e assegurando, em simultâneo, a proteção do consumidor. É neste equilíbrio – na caracterização da mudança sem comprometer a prudência e a estabilidade – que reside o seu grande desafio.

A proteção do consumidor de seguros é uma prioridade da ASF. Na sua concretização daremos atenção às práticas de governo societário das empresas de seguros, nomeadamente no que se refere à prevenção de conflitos de interesses que possam afetar a sã prudência na gestão dos compromissos e riscos assumidos. Igualmente relevante é a adoção de padrões de conduta das empresas de seguros no relacionamento com o consumidor, que estejam alinhadas com as melhores práticas, assim como é fundamental o investimento na capacitação do consumidor.

A ASF considera a formação e literacia financeira dos cidadãos como um primeiro nível de defesa do consumidor e por isso mesmo apostamos em ações que promovam e difundam a educação financeira de Norte a Sul do País.

Permitam-me em relação a este ponto, salientar a cerimónia de entrega de prémios que irá ocorrer no próximo dia 28 em Bragança, no âmbito da 8ª edição do projeto “Todos Contam”, uma iniciativa do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, que este ano contou com a participação de 70 escolas e mais de 11 mil alunos. Este projeto, desde o seu início, e no desenvolvimento dos seus objetivos, envolveu já cerca de 90 mil alunos de todo o País.

Em conclusão, os desafios do setor segurador são diversos, exigentes e permanentes. Acreditamos no nosso setor segurador, nos seus operadores, nos mais de 11 mil profissionais que aí trabalham e nos cerca de 17 mil mediadores que atuam em Portugal. Acreditamos num setor cuja produção representa 6,5% do PIB e cujo valor das carteiras de investimento ascende a mais de 50 mil milhões de euros.

Para terminar, gostaria de referir que o sucesso da resposta aos novos desafios não pode deixar de considerar o caminho que tem sido construído ao nível europeu, de esforço regulamentar e no domínio da supervisão, para o qual a ASF tem ativamente contribuído.

Muito obrigada pela vossa atenção.